

Livro Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula 03

**História do Brasil p/ Escola de Sargentos das Armas (EsSA) Com
Videoaulas - Pós-Edital**

Rosy Ellen Freire Viana Santos, Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
1. O Período Joanino e a Independência.	3
<i>1.1. Apogeu e Crise do Sistema Colonial: a Corte Portuguesa no Brasil e a Independência.</i>	<i>4</i>
<i>1.2. A Revolução de 1817</i>	<i>5</i>
<i>1.3. As Cortes Portuguesas e a Ruptura</i>	<i>6</i>
2. Independências da América Espanhola.	8
<i>2.1. Comparação entre os processos de independência</i>	<i>9</i>
3. Resumo e Mapa Mental.	10
4. Texto Complementar - O Encaminhamento da Emancipação Política.	12
<i>4.1. As Principais medidas de D. João VI no Brasil</i>	<i>12</i>
5. Exercícios.	14
6. Considerações Finais.	35



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá futuro sargento, Selva! É com muita alegria que o recebo novamente para falarmos de *história*. Estudar a aula anterior é fundamental para que você possa compreender muitas das coisas que vamos tratar aqui. Leia com atenção seu texto de apoio, releia e pratique exercícios. Aos poucos o conteúdo básico vai ficar retido na sua memória. Claro que para isso é muito importante você fazer suas próprias anotações, ou em forma de resumo ou anotações nos exercícios, não importa, você escolhe. O importante é estudarmos bastante e nos concentrarmos nos estudos. Estimule sua disciplina e procure motivação pensando em seus sonhos. Bons estudos.



1. O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA.

Contexto: Podemos afirmar que o processo de independência do Brasil começou em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A presença britânica foi marcante tanto pelo domínio do mercado consumidor do país, mas também com privilégios como tribunais especiais para súditos ingleses, que escolhiam os juízes que os julgariam pelas leis inglesas. Súditos portugueses na Inglaterra não gozavam do mesmo direito. As taxas alfandegárias vantajosas oferecidas aos ingleses eram escandalosas: 15% ad valorem (sobre o valor do produto) enquanto outras nações pagavam a partir de 24%. Os tratados impostos pela Inglaterra foram brutais.



A extrema brutalidade dos tratados impostos pela Inglaterra não foi obra do acaso. Ela se explica pela pesada pressão econômica que o bloqueio napoleônico exerceu sobre a Inglaterra. De fato, as consequências das guerras napoleônicas para a economia inglesa tornaram premente a necessidade de abrir novos mercados, sob pena de a Inglaterra sucumbir às pressões da conjuntura europeia. A quebra do pacto colonial era vital, pois as mercadorias inglesas estavam se acumulando e precisavam ser escoadas de algum modo. Precisavam dos mercados americanos. Isso ajudou a apoiar as independências da América espanhola e do Brasil.

A abertura dos portos alterou profundamente os hábitos de consumo no Brasil com a chegada de uma grande quantidade de mercadorias inglesas. Comprava-se tudo, de cerveja a pregos. Como a Inglaterra não consumia os produtos brasileiros, somente o algodão, a balança comercial entrou em um grande déficit comercial, uma situação que continuou ao longo dos primeiros anos do país.

Desde a inconfidência mineira e conjuração baiana, o pensamento separatista e republicano estiveram sempre presentes no meio social e político das elites coloniais. Com as transformações trazidas pela presença da família real, ocorreu a primeira revolta iluminista em 1817 a Revolução Pernambucana.

1.1. APOGEU E CRISE DO SISTEMA COLONIAL: A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL E A INDEPENDÊNCIA.

No início do século XIX a Europa passava pelas **Guerras Napoleônicas**. Ameaçados por Napoleão Bonaparte a família real portuguesa, pois em prática um antigo **projeto que surgiu o período pombalino, de evacuação do território**, transferindo toda a corte para o Brasil. Tem aí o início do nosso processo de independência. Os portugueses eram dependentes da Inglaterra desde 1703 quando foi assinado o Tratado de Methuen (panos e vinhos), pois importavam produtos de alto valor agregado e exportavam de baixo valor. É isso mesmo! Tecidos eram caríssimos no século XVIII. Contra a Inglaterra Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio continental em 1806, com o objetivo de sufocar economicamente o país. Nisso foi imposto o bloqueio e proibiu os portugueses de fazer comércio com os ingleses.

Na transferência da corte foram escoltados pelos britânicos, que também ficaram em solo português para defenderem das invasões dos franceses que atacaram Lisboa e o Porto. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:

- ✓ **1808: A abertura dos portos às nações amigas:** Permitia realizar comércio com os ingleses. Na prática punha **fim ao pacto colonial**.
- ✓ **1810: Tratados de comércio e navegação com as nações amigas.** Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. **Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.**

O período em que Dom João ficou no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**. Dom João realizou importantes mudanças como:

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ **Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação a Napoleão) e da província cisplatina (atual Uruguai).**
- ✓ 1815 elevou o Brasil à categoria de Reino Unido.





Após a queda de Napoleão, foi realizado o Congresso de Viena na Áustria. Pretendia reconstruir a antiga ordem monárquica destruída pela Revolução Francesa. Seguiram o princípio da legitimidade, ou seja, seriam restauradas as antigas dinastias, mas se recusaram a reconhecer a corte portuguesa instalada na colônia e por isso D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido.

A presença da família real não mudou o cotidiano da colônia para as pessoas comuns e principalmente para os escravizados, mas provocou profundas contradições nas relações com os grandes proprietários. De um lado foram beneficiados com a presença da corte, pois aumentou a demanda por uma série de produtos primários que forneceria para o RJ, como animais e charque, além das oportunidades de negócios que surgiram e nas várias obras públicas do período. Mas de outro lado, não fazia muita diferença ser governado de Portugal ou do Rio de Janeiro, e além dos brasileiros não terem tido acesso ao poder político e os cargos públicos serem monopolizados por portugueses, os impostos aumentaram muito e não beneficiavam as diferentes regiões: Custeavam as obras e o luxo da nobreza portuguesa, enquanto o restante do país pagava mais, sem mudanças.

No nordeste brasileiro eclodiu em 1817, a **Revolução Pernambucana**. Em 1816, ocorreu uma grande seca no sertão nordestino, que atingiu gravemente a população, que sofria mais ainda com o monopólio dos portugueses sobre o comércio e os gêneros alimentícios, que encarecia o custo de vida. Os ricos, proprietários, foram atingidos por uma crise internacional em 1817 que causou a queda do preço do açúcar e do algodão, os principais produtos de exportação da época.

1.2. A REVOLUÇÃO DE 1817

Pernambuco, durante todo o período imperial, foi o centro das ideias iluministas após a conjuração baiana. Havia sociedades secretas como o areópago de Itambé que difundia ideias separatistas, mas era diferente da maçonaria, pois não admitia estrangeiros no seu quadro. Também um importante centro disseminador de ideias, foi o seminário de Olinda. Foi marcante a participação do clero nas revoltas da época e em 1817, podemos citar o padre Miguelinho e o Bispo D. José da Cunha. Também ocorreu a chamada conspiração dos Suassunas, em que tramaram a independência e proclamação da república. O governo tomou iniciativa e destacou o marechal José Roberto para deter os civis envolvidos no movimento.



A repressão eclodiu a revolta que foi duramente sufocada, mas os rebeldes resistiram e formaram um governo provisório. A revolta espalhou-se pelo nordeste e foi da Bahia ao Ceará. Foram influenciados pela Revolução Francesa e criaram rituais e novos símbolos, como por exemplo, a atual bandeira de Pernambuco que foi concebida pela Revolução Pernambucana.

1.3. AS CORTES PORTUGUESAS E A RUPTURA

Em 1820 ocorreu em Portugal a **Revolução Liberal do Porto**, que restabeleceu a monarquia, no modelo constitucional, e exigiu o retorno da família real. Desde a transferência, os ingleses ocuparam o território e o governaram. Os militares e o clero português se organizaram, criaram uma organização chamada sinédrio, inspirada na Revolução Francesa, confrontaram e expulsaram os britânicos e exigiram o retorno da Família Real que assumiriam o trono numa monarquia constitucional. Dom. João retornou em abril de 1821 e nomeou seu filho D. Pedro o regente do Brasil.

Foram estabelecidas as “Cortes Portuguesas”, assembleias que seriam ocupadas por deputados eleitos para formular a nova constituição portuguesa e D. João assegurou a participação de deputados brasileiros. Aos poucos, a posição das cortes ficou clara: queriam recolonizar o Brasil. Diante desta tentativa de recolonização, a elite brasileira se dividiu em dois agrupamentos: Partido Português, favorável às cortes e o partido brasileiro, contra a recolonização (queriam continuar como Reino Unido) e os liberais radicais, partidários da independência.

As cortes enviaram decretos que ordenavam: a abolição imediata da regência e o retorno de D. Pedro, obediência das províncias à Lisboa e extinção dos tribunais. A elite brasileira ficou agitada e o partido brasileiro alarmado com a recolonização iminente e com o risco de uma explosão revolucionária. O pensamento conservador dominante temia uma onda de revoltas liberais republicanas, como ocorreu em 1817.

No Rio de Janeiro foi organizado o Clube da Resistência, que começou a luta pela permanência do príncipe. Foi elaborada uma representação com coleta de assinaturas, em que foi pedida a permanência de D. Pedro. Em resposta Pedro desobedeceu às Cortes e permanecer: foi o conhecido **Dia do Fico**. Além disso, tomou outras medidas:

- 1- Equiparou as forças armadas do Brasil às de Portugal e estabeleceu que nenhuma ordem portuguesa seria cumprida sem sua aprovação.
- 2- Em setembro recebeu uma comunicação para seu retorno imediato, sob o risco de invasão militar. Em 7 de setembro proclamou a Independência do Brasil, cujo documento foi assinado pela princesa Leopoldina, sua esposa. Foi um processo pacífico (não houve guerras), elitista (comandados por D. Pedro e os grandes fazendeiros).



Não teve participação popular, nem grandes conflitos e por isso foi mantida a integridade do nosso território. Ocorreram alguns conflitos pontuais no Grão Pará que era mais ligado a Lisboa que ao RJ e na Bahia, que lutou até 1822, no dia que é comemorado regionalmente como a independência da Bahia. A escravidão não foi abolida e a organização da economia não sofreu alterações.



O quadro o grito do Ipiranga de Pedro Américo sugere que na independência ocorreram batalhas lideradas por D. Pedro. Uma visão romântica do processo de independência. Procurou criar a imagem de uma grande liderança, mas não aconteceu a cena.

2. INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA ESPANHOLA.

Denominamos América Latina os países colonizados principalmente por Portugal e Espanha. Corresponde aos países entre o México e a Argentina. É uma área bastante grande. Foram colônias de exploração e eram rigidamente exploradas pelas suas metrópoles. A América espanhola possuía importantes colônias fornecedoras de metais preciosos e produtos primários. Com a eclosão da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, a elite colonial da América espanhola, muito influenciadas pelas ideias iluministas, passaram a desejar a independência. Durante as Guerras Napoleônicas a Espanha foi invadida e a elite colonial crioula viu neste contexto a oportunidade de romper com o antigo sistema colonial.



TOME NOTA!

Quem eram os Criollos? A elite colonial. Brancos, ricos proprietários, nascidos na colônia. Eram impedidos de ocupar cargos políticos. Eram descendentes dos **Chapetones**: Brancos, ricos proprietários, nascidos na Espanha, e possuíam o monopólio dos cargos públicos.

O processo de Independência da América espanhola foi liderado pelos criollos e teve uma profunda participação popular nas batalhas travadas contra os exércitos espanhóis. Ex-escravos e nativos participaram ativamente. Após a independência proclamaram repúblicas e aboliram a escravidão. Lembra-se da Santa Aliança criada no congresso de Viena? Este exército lutou para tentar impedir as independências. **A Inglaterra é favorável a independência das colônias** (países independentes significam conquista novos mercados para os produtos industriais ingleses).

Entre os principais líderes da independência das colônias espanholas podemos citar:

- ✓ **Simon Bolívar**: Venezuelano considerado herói libertador dos países andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia).
- ✓ **San Martín**: Líder da independência da Argentina e Chile.

O primeiro país a ficar independente foi o Haiti, que passou por uma revolução de Escravos em 1791. As outras independências ocorreram ao longo da primeira metade do século XIX.



2.1. COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA

Observe o quadro comparativo entre o processo de independência da América espanhola e a do Brasil. O século XIX nas Américas foi o das independências.

América Espanhola	Brasil
Influência do Iluminismo	-
Repúblicas	Monarquia
Participação popular	Elitista (sem participação popular).
Abolição da escravidão	Manutenção da escravidão
Guerra	Pacífico
Fracionamento territorial	Manutenção da unidade territorial



3. RESUMO E MAPA MENTAL.



RESUMINDO

- ✓ Como estratégia militar o governo português foi transferido para a colônia. Era um plano de evacuação desde o período pombalino.
- ✓ Na transferência da corte foram escoltados pelos britânicos. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:
- ✓ **1808:** A abertura dos portos às nações amigas: Permitia realizar comércio com os ingleses. Na prática punha fim ao pacto colonial.
- ✓ **1810:** Tratados de comércio e navegação com as nações amigas. Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses e atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.

Características do Período Joanino

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação à Napoleão) e da província cisplatina (atual Uruguai).
- ✓ **1815:** elevou o Brasil à categoria de Reino Unido. Essa medida foi tomada no contexto do Congresso de Viena, que não aceitaram uma coroa na colônia, por isso foi elevado.
- ✓ Em 1820 ocorreu em Portugal a Revolução Liberal do Porto, que restabeleceu a monarquia, no modelo constitucional, e exigiu o retorno da família real.
- ✓ D. Pedro equiparou as forças armadas do Brasil às de Portugal e estabeleceu que nenhuma ordem portuguesa seria cumprida sem sua aprovação.
- ✓ Dia do Fico.
- ✓ Em 7 de setembro proclamou a Independência do Brasil.
- ✓ **Chapetones:** Brancos, ricos proprietários, nascidos na Espanha, e possuíam o monopólio dos cargos públicos.



- ✓ **Criollos:** A elite colonial. Brancos, ricos proprietários, nascidos na colônia. Eram impedidos de ocupar cargos políticos.
- ✓ A Inglaterra é favorável à independência das colônias (países independentes significam conquista novos mercados para os produtos industriais ingleses).
- ✓ Entre os principais líderes da independência das colônias espanholas podemos citar:
 - **Simon Bolívar:** Venezuelano considerado herói libertador dos países andinos (Venezuela, Colômbia, equador, Peru e Bolívia).
 - **San Martin:** Líder da independência da Argentina e Chile.
- ✓ O primeiro país a ficar independente foi o Haiti, que passou por uma revolução de Escravos em 1791. As outras independências ocorreram ao longo da primeira metade do século XIX.



4. TEXTO COMPLEMENTAR - O ENCAMINHAMENTO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.

4.1. AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE D. JOÃO VI NO BRASIL

O rompimento do Pacto Colonial.

Com a transferência da Corte, o Brasil praticamente deixou de ser colônia, graças às seguintes medidas adotadas pelo regente:

- ✓ Em 28 de janeiro de 1808, a Carta Régia permitiu a *abertura dos portos* a todos “os navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa”, conforme o texto da Carta, acabando com o regime de “exclusivo” metropolitano ou Pacto Colonial;
- ✓ O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil.
- ✓ Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de *Reino Unido a Portugal e Algarves*.

A Abertura dos Portos.

Embora a abertura dos portos tivesse vindo ao encontro dos interesses dos proprietários rurais brasileiros, essa medida tinha em vista apenas o interesse e a conveniência da Corte. De acordo com Hipólito José da Costa, um jornalista brasileiro da época,

[...] o governo português, quando se mudou de Lisboa para o Rio de Janeiro, deixou em poder dos franceses, seus inimigos, os dois portos de Lisboa e Porto, os únicos com os quais o Brasil comerciava na Europa; logo, não podendo obter dali o que precisava, necessariamente havia de recorrer aos outros portos, sob pena de se reduzir à última penúria [...] e não sei que povo fique obrigado a tão estranha gratidão ao governo, por este adotar uma linha de conduta necessária para conservar a sua existência como governo e indivíduos.

Apesar disso, de acordo com a Carta Régia, a abertura dos portos fora estabelecida “em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa”, de modo que a medida tinha um *caráter provisório* e, ao menos teoricamente, poderia ser revogada tão logo a normalidade retomassem à Europa.

No entanto, os grandes proprietários escravistas, que há muito reivindicavam o livre comércio com as nações estrangeiras, dificilmente concordariam com o retorno à situação anterior. Além disso, eles contavam com o apoio da burguesia inglesa, a quem não interessava o fechamento do mercado brasileiro. Não obstante seu declarado caráter provisório, a medida tornou-se irreversível.



O Alvará de 1º de abril de 1808.

A revogação do Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibira a manufatura da colônia, ampliava a liberdade econômica. O Brasil estava autorizado não apenas a comercializar livremente com as nações estrangeiras, mas também a dedicar-se à atividade manufatureira.

Contudo, o Alvará de 1º de abril não foi suficiente pra promover o desenvolvimento manufatureiro no Brasil. Haviam dois fortes obstáculos: de um lado, o escravismo; de outro, a concorrência inglesa. O escravismo tinha poucas chances de imprimir dinamismo à economia e uma chance ainda menor de criar uma economia industrial. A Inglaterra, ao contrário, encontrava-se em plena Revolução Industrial e estava produzindo grande quantidade de mercadorias de boa qualidade e baixo preço. Além disso, como nação favorecida, colocava com facilidade suas mercadorias no Brasil. Portanto, não havia como enfrentar com êxito a concorrência inglesa. Resultado: o Alvará de 1º de abril não tinha aplicação prática. Apesar disso, foi importante, pois a proibição da produção manufatureira estava formalmente suspensa, indicando outra ruptura dos laços coloniais.

O Transplante do Estado Português.

Chegando ao Brasil, a Corte se instalou primeiro em Salvador e depois transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1808, iniciou-se a reorganização do Estado, com a nomeação dos ministros. Assim, foram sendo recriados todos os órgãos do Estado português: os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros e o Real Etário que, em 1821, mudou o nome para Ministério da Fazenda. Também foram recriados os órgãos de administração e de justiça: Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e Conselho Supremo Militar.

Dessa maneira, peça por peça, o Estado português renasceu no Brasil. A complexa rede burocrática implantou-se à revelia da colônia e a ela se sobrepôs como um corpo estranho, pois o estado foi recriado para empregar a nobreza parasitária que acompanhara o regente, sem levar em consideração os interesses do Brasil.

Apesar disso, esse transplante do Estado teve importantes consequências porque o Brasil não era mais administrado “de fora”. Com a transferência da Corte, o centro de decisão foi *interiorizado* e a dispersão colonial se atenuou com o surgimento de um centro aglutinador representado pelo Estado português. Chegamos assim ao que se chamou de *inversão brasileira*: os negócios do Brasil, antes a cargo do Ministério da Marinha e do Ultramar, passaram a ser de competência do Ministério do Reino; no plano da justiça, o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro foi convertido em Casa de Suplicação, tribunal supremo de última instância; o setor militar foi reforçado com a fundação da Academia Militar, da Academia da Marinha, da fábrica de pólvora, do hospital e do arquivo militar.

Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003. Págs. 167 e 168.



5. EXERCÍCIOS.



1. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

Depois da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, que colocou os portos portugueses sob controle francês, D. João determinou a abertura dos portos brasileiros. Essa medida tinha por objetivo:

- A) Abolir o sistema colonial.
- B) Atender às necessidades de comércio da Corte no Brasil.
- C) Estimular o desenvolvimento econômico da colônia.
- D) Estabelecer concorrência com as manufaturas coloniais.

Comentários

O fato de os portos das cidades de Lisboa e Porto terem sido invadidos pelos franceses inviabilizava o comércio entre Brasil e Europa. Se não houvesse a abertura dos portos brasileiros, acabando com o exclusivo metropolitano, o Brasil onde a Corte se instalava ficaria isolado do comércio mundial, inviabilizando a presença de D. João na América. Basicamente a ideia era atender as necessidades da corte instalada no RJ, mas significou também o primeiro passo do processo de independência, mas não aboliu o sistema colonial. É importante lembrarmos que na colônia as manufaturas eram proibidas, e apesar de Marquês de Pombal tê-las liberado, foram novamente proibidas na “viradeira” da Maria a louca. Uma metrópole não permite que a colônia se desenvolva, pois assim deixaria de comprar da metrópole.

Gabarito: B

2. (EsSA - Exército Brasileiro / 2014)

O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

- A) escravidão e concorrência inglesa.
- B) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
- C) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.



- D) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
- E) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

Comentários

O escravismo, por ser uma mão de obra não remunerada e não especializada e a concorrência inglesa, por permitir a entrada de produtos mais baratos no Brasil, tornaram-se obstáculos ao desenvolvimento da indústria brasileira. A produtividade da escravidão é muito baixa, além de não formar um mercado consumidor. Para eliminar as outras é fácil: Os grandes produtores rurais não se interessavam pela indústria, mas não tentaram impedi-la, então cortamos a B, C e E. A mineração no século XIX já estava decadente e os cafeicultores foram investidores em ferrovias na segunda metade do século, e a máquina a vapor introduziu o Brasil no processo de modernização.

Gabarito: A

3. (EsSA - Exército Brasileiro / 2013)

A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

- A) Guiana Francesa e a França Antártica.
- B) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
- C) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.
- D) Guiana Inglesa e a França Antártica.
- E) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

Comentários

Logo que D. João VI se estabeleceu no Brasil invadiu a Cisplatina (atual Uruguai), que era um território que gerava conflito desde os primeiros tempos da colônia e também invadiu a Guiana Francesa como retaliação à Napoleão Bonaparte, afinal de contas a corte se transferiu a corte para cá numa estratégia para impedir a invasão do exército francês. A França Antártica é o nome da colônia de huguenotes fundada no RJ no século XVI. A Guiana Inglesa apoiava D. João, pois também eram inimigos dos Franceses.

Gabarito: C

4. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A formação das nações latino-americanas esteve atrelada às particularidades de seus processos de independência. A América Espanhola se fragmentou em diversos Estados autônomos. A América Portuguesa, ao contrário, não se fragmentou, mantendo sua unidade até os dias atuais. Dos fatores abaixo, o único que não contribuiu para a manutenção da integridade territorial brasileira foi a

- A) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves.
- B) incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI.



- C) ação pacificadora de Caxias no combate a várias revoltas regenciais.
- D) transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.
- E) manutenção do regime monárquico após a independência.

Comentários

A incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI foi uma resposta à invasão napoleônica de Portugal. Após a Guerra da Cisplatina, a Banda Oriental do Uruguai obteve a sua independência e a Guiana Francesa foi restituída à França após as tratativas do Congresso de Viena.

Para entender o erro das outras alternativas, veja só:

A) A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, juntamente com Portugal e Algarves, fez com que as elites brasileiras se alinhassem com o governo central de D. João VI. Esse ato reforçou a confiança das elites no governo instalado no Rio de Janeiro, enfraquecendo assim, pontuais focos de separatismo político que porventura ainda pudessem ocorrer nas províncias.

C) A ação pacificadora de Caxias foi fundamental em um momento de profunda instabilidade política, caracterizada pelo período regencial. Nessa época, não existia mais a figura central do imperador para dissuadir possíveis focos de separatismo. A atuação de Caxias na Revolta Farroupilha e Balaiada, por exemplo, através da repressão militar ou da negociação com os líderes revoltosos, garantiu que aquelas regiões se mantivessem integradas ao país, não se transformando assim em pequenas repúblicas independentes.

D) A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 significou, de fato, a transferência do governo. Isso era interessante para as elites brasileiras, pois não fazia mais sentido lutar pela independência de suas províncias uma vez que o Pacto Colonial havia chegado ao fim. Ao contrário, com a formação de um governo estável no Rio de Janeiro, seus interesses econômicos e políticos estariam plenamente garantidos.

E) Após a independência de 1822, a figura central do imperador e antigo príncipe regente D. Pedro I continuava sendo a referência política para todas as elites provinciais. Tais elites já haviam lucrado com a estabilidade política e administrativa do período 1808-22 e viam, na continuidade do regime monárquico, as condições ideais para a manutenção de suas atividades econômicas.

Gabarito: B

5. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves foi uma medida tomada pelo Regente D. João, com o objetivo:

- A) de aumentar seu poder pessoal, pois ele passou a dominar um Império que englobava as colônias espanholas na América.
- B) de unificar as Coroas de Portugal e Espanha, que era denominada pelos portugueses de país de Algarves.



- C) de melhorar a defesa do Brasil contra as constantes invasões de franceses e ingleses, que saqueavam as nossas cidades litorâneas.
- D) de obter o reconhecimento da dinastia de Bragança por parte do Congresso de Viena, reunido na Europa e dirigido pelos países que derrotaram Napoleão.
- E) de satisfazer a cobiça das elites brasileiras, que, com essa medida, tiveram acesso às minas de prata de Potosí, na Bolívia.

Comentários

O Congresso de Viena não estava disposto a reconhecer uma dinastia que morava numa colônia, por isso o regente D. João, para não precisar voltar para Portugal, a metrópole, elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

As erradas são:

- A) Com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, D. João não passou a dominar as colônias espanholas na América, mas elevou o estatuto político do Brasil.
- B) Portugal e Espanha não foram unificados, e Algarves era uma possessão portuguesa.
- C) Nessa época, franceses e ingleses não invadiam constantemente o Brasil. Estes ataques, normalmente de corsários ocorreram no início da colonização.
- E) Com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, as elites brasileiras não tiveram acesso às minas de prata de Potosí, um dos locais mais ricos da América espanhola.

Gabarito: D

6. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

No ano de 1817, na Província de Pernambuco, deu-se uma revolta contra o governo de D. João VI que ficou conhecida como

- A) Revolução Liberal.
- B) Cabanagem.
- C) Confederação do Equador.
- D) Revolta dos Alfaiates.
- E) Revolução Pernambucana.

Comentários

Em 1817, no contexto da grande seca de 1816, eclodiu um movimento que queria a independência de Portugal, influenciado pelas ideias liberais iluministas, e queriam proclamar a República. Esta questão não foi legal, pois a revolta contra D. João e chamada de Revolução Pernambucana ou Revolução Liberal pernambucana. De modo geral o formulador quis que o candidato identificasse como Revolução Liberal a “Revolução Liberal do Porto”, que restaurou a monarquia em Portugal, expulsou os ingleses e exigiu o retorno da família real.

Se fizermos esta distinção, é fácil eliminar as alternativas:



- A) a Revolução Liberal ocorreu na cidade do Porto em 1820.
- B) a Cabanagem ocorreu no Pará em 1835.
- C) a Confederação do Equador ocorreu em Pernambuco no ano de 1916.
- D) a Revolução dos Alfaiates, também conhecida por Conjuração Baiana, ocorreu em 1798.

Gabarito: E

7. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, está ligada ao(à):

- A) desejo de D. João de agradar os ingleses.
- B) projeto de implantação do regime monárquico no país.
- C) assinatura do Tratado de Fontenebleau com a Espanha.
- D) ação das sociedades maçônicas estabelecidas no Rio de Janeiro.
- E) necessidade de legitimar a representação de Portugal no Congresso de Viena.

Comentários

A alternativa [E] remete à necessidade de melhorar a representação de Portugal no Congresso de Viena. O congresso ocorreu após a derrota de Napoleão e visava restabelecer as monarquias europeias e suas fronteiras e se negavam a reconhecer um governo situado na colônia, por isso a elevação à situação de Reino Unido.

Estão erradas:

- A) A questão remete à reorganização política da Europa após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, logo a assertiva está errada.
- B) Totalmente improcedente, pois já se tratava de uma monarquia.
- C) Esse Tratado foi assinado entre a França e a Espanha em segredo e os espanhóis liberariam a passagem para Portugal e dividiriam com a França o território.
- D) A ação da maçonaria no Brasil está ligada aos movimentos de independência.

Gabarito: E

8. (Colégio Naval - Marinha / 2018)

Observe o trecho abaixo e responda a questão a seguir.

“Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”.

Laurentino Gomes

O Trecho, de Laurentino Gomes, autor de 1808, refere-se a um momento que foi decisivo para a ruptura do Pacto Colonial sobre o Brasil. Entre os diversos acordos e medidas relacionadas a esse momento podemos citar EXCETO:



- A) a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, a partir de novas tarifas alfandegárias, garantiam privilégios econômicos aos ingleses no Brasil.
- B) o estabelecimento do ato 1º de abril de 1808, onde foi ratificado o Alvará de 1792 que estabelecia a abertura dos portos às Nações Amigas, assim que a realza chegasse ao Brasil.
- C) a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra, onde entre outros itens, dispunha sobre a liberdade de culto.
- D) a criação da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- E) a assinatura, por D. João, da lei de dezembro de 1815 elevando o Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Comentários

A abertura dos portos em 1808 foi a primeira vez que o comércio brasileiro foi liberado, e não ocorreu ratificação de tratados anteriores. Todo o resto é procedente. A abertura dos portos significou o fim do pacto colonial. Em 1810 os tratados de comércio e navegação ofereciam tarifas alfandegárias privilegiadas aos ingleses. Em 1815 o Brasil foi elevado à Reino Unido, devido ao contexto do Congresso de Viena.

Gabarito: B

9. (EsPCEX - Cadete do Exército / 2009)

“A primeira medida tomada pelo regente D. João, ao chegar ao Brasil, foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.” (SILVA, 1992).

Tal fato:

- A) significava, na prática, o fim do pacto colonial.
- B) prejudicava a Inglaterra, que passaria a sofrer concorrência de outros países no comércio com o Brasil.
- C) contrariava, num primeiro momento, os interesses dos comerciantes brasileiros.
- D) beneficiava a França, favorecida pela redução das tarifas alfandegárias nas relações bilaterais.
- E) criava condições igualitárias, quanto à tributação alfandegária, no comércio com Portugal e com todas as demais nações.

Comentários

O excerto apresenta uma característica fundamental da política joanina a partir da transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808: a abertura dos portos às nações amigas, anteriormente impedidas de negociar com o Brasil em decorrência do **Pacto Colonial**, que somente permitia as relações econômicas da colônia brasileira com a sua metrópole: Portugal.



Tal ação foi de extrema importância para o Brasil, visto que o desenvolvimento urbano cresceu a partir deste momento em decorrência de maiores liberdades para exportar os produtos feitos no Brasil e, conseqüentemente, de uma maior diversidade de produtos importados para cá.

Gabarito: A

10. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2012)

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 teve efeitos imediatos importantes no cenário do Império como um todo e no contexto particular da colônia. Assinale a única opção que contém dois desses efeitos.

- A) O fim do exclusivo comercial – A extinção do tráfico de escravos.
- B) A independência da colônia ante a metrópole – As atividades da imprensa periódica.
- C) A mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro – A extinção da escravidão.
- D) A extinção do tráfico de escravos – A independência da colônia ante a metrópole.
- E) A abertura do comércio para navios de bandeira não-portuguesa – A circulação dos primeiros periódicos no território da América portuguesa.

Comentários

A transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, marca uma alteração na forma de administrar a colônia portuguesa. Neste sentido, é importante perceber que a questão procura saber sobre os efeitos **imediatos** deste evento. De acordo com as alternativas, temos que:

- ✓ O fim do tráfico de negros para o Brasil só ocorreu em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós;
- ✓ A Independência do Brasil aconteceu somente em 1822.

Logo, a alternativa correta é **letra E**, uma vez que a abertura dos portos às nações amigas (Inglaterra) ocorreu em 1808, mesmo ano da fundação da Imprensa Régia no Brasil, que resultou no início da produção de periódicos em terras brasileiras.

Gabarito: E

11. (Modelo Militares)

É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da



- A) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- B) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- C) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- D) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- E) Afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

Comentários

A manutenção da unidade político-territorial no pós-Independência foi garantida pelo fato de D. Pedro, então Príncipe Regente, ter comandado o processo independentista e ter adotado a monarquia como forma de governo, dando início ao Primeiro Reinado. Não só as ordens política e territorial foram mantidas. As ordens econômicas e sociais também permaneceram as mesmas.

Gabarito: E

12. (Modelo Militares)

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

Comentários

A vinda da Família Real para o Brasil foi o primeiro passo do processo de Independência da Colônia, uma vez que elevou o status do Brasil, invertendo a posição de Portugal e Brasil no pacto colonial, e deu aos colonos uma autonomia de ação inédita.

Gabarito: B



13. (Modelo Militares)

No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL. K. Condicionismos da Independência do Brasil. *In*: SILVA, M.N. (coord.)
O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

- A) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- B) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- C) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- D) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- E) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

Comentários

Uma das afirmações mais tradicionais na História do Brasil, apoiada no senso comum, é de que a Independência foi pacífica, sem derramamento de sangue. Essa ideia está baseada na participação ativa das elites agrárias no processo de independência como forma de garantir uma ruptura política frente à metrópole, e ao mesmo tempo garantir a preservação da estrutura socioeconômica apoiada no latifúndio e na escravidão.

Gabarito: D

14. (Modelo Militares)

Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender



de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida "civilizado", marca que distinguia as classes cultas e "naturalmente" dominantes do povaréu primitivo e miserável. (...) E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- A) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- B) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- C) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- D) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- E) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

Comentários

O texto destaca a estrutura agrária exportadora do Brasil, organizada no período colonial e que foi preservada após a independência. A manutenção de tal estrutura manteve a dependência econômica, vinculando a economia do país aos interesses ingleses, em um contexto marcado pela expansão da industrialização e de um modelo de capitalismo expansionista. Desde a independência até o segundo reinado percebe-se a presença de interesses e capitais ingleses no Brasil.

Gabarito: C

15. (PUC - Modelo Militares)

“Em 1822, a América espanhola, de independência conquistada em oposição a uma metrópole e suas Cortes em muitos aspectos tidas por opressoras, agora plenamente reconhecida por uma potência de primeira grandeza como eram os Estados Unidos, ofereceria um modelo para a independência do Brasil.”

João Paulo Pimenta. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 448.



O caráter exemplar que a independência da América espanhola representou, segundo o texto, para aqueles que lutavam pela independência do Brasil pode ser identificado, por exemplo, na

- A) capacidade de manter a coesão territorial da antiga colônia, que acabou por gerar uma única e poderosa nação.
- B) subserviência imediata aos interesses comerciais e políticos norte-americanos, que rapidamente se impuseram sobre toda a América.
- C) disposição de defender princípios emancipacionistas e enfrentar militar e politicamente as forças da metrópole.
- D) possibilidade de estabelecer laços comerciais imediatos e lucrativos com as antigas colônias portuguesas do litoral africano.

Comentários

Somente a alternativa [C] está correta. O texto do pesquisador João Paulo Pimenta mostra a luta da América Espanhola para realizar sua emancipação política frente a uma coroa espanhola sempre gananciosa e disposta a manter seus privilégios. Salienta também o apoio dos Estados Unidos à independência das jovens nações latino-americanas. Certamente isso serviu como modelo e referência para a emancipação política do Brasil em 1822 diante da metrópole portuguesa.

Gabarito: C

16. (UECE - Modelo Militares)

“No dia 17 de janeiro de 1808, a Real Casa de Bragança chega ao Rio de Janeiro, após 45 dias navegando pelos mares do Atlântico Sul, com rápida estada em Salvador.”

AZEVEDO, Francisca L. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, p. 69.

O principal resultado da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi

- A) a abertura dos portos e o conseqüente rompimento do pacto colonial.
- B) a autonomia política e econômica do Brasil em relação a Portugal.
- C) o colapso do sistema econômico brasileiro baseado na mão de obra escrava.
- D) o fim do sistema colonial e a instauração do regime republicano no Brasil.

Comentários

A primeira resolução de D. João VI no Brasil foi a *Abertura dos Portos às Nações Amigas*, ainda em 1808, o que significou o rompimento do Pacto Colonial, uma vez que autorizava a Colônia a fazer comércio com qualquer nação amiga de Portugal, pondo fim à exclusividade comercial portuguesa.

Gabarito: A



17. (PUC RJ - Modelo Militares)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Imprensa Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.

IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

Comentários

A afirmativa [III] está **incorreta** porque a revogação do alvará de 1785 não proporcionou o primeiro surto fabril do Brasil, uma vez que, devido à concorrência britânica, poucas unidades fabris foram abertas na Colônia.

Gabarito: E





1. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

Depois da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, que colocou os portos portugueses sob controle francês, D. João determinou a abertura dos portos brasileiros. Essa medida tinha por objetivo:

- A) Abolir o sistema colonial.
- B) Atender às necessidades de comércio da Corte no Brasil.
- C) Estimular o desenvolvimento econômico da colônia.
- D) Estabelecer concorrência com as manufaturas coloniais.

2. (EsSA - Exército Brasileiro / 2014)

O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

- A) escravidão e concorrência inglesa.
- B) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
- C) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.
- D) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
- E) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

3. (EsSA - Exército Brasileiro / 2013)

A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

- A) Guiana Francesa e a França Antártica.
- B) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
- C) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.



- D) Guiana Inglesa e a França Antártica.
- E) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

4. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A formação das nações latino-americanas esteve atrelada às particularidades de seus processos de independência. A América Espanhola se fragmentou em diversos Estados autônomos. A América Portuguesa, ao contrário, não se fragmentou, mantendo sua unidade até os dias atuais. Dos fatores abaixo, o único que não contribuiu para a manutenção da integridade territorial brasileira foi a

- A) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves.
- B) incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI.
- C) ação pacificadora de Caxias no combate a várias revoltas regenciais.
- D) transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.
- E) manutenção do regime monárquico após a independência.

5. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves foi uma medida tomada pelo Regente D. João, com o objetivo:

- A) de aumentar seu poder pessoal, pois ele passou a dominar um Império que englobava as colônias espanholas na América.
- B) de unificar as Coroas de Portugal e Espanha, que era denominada pelos portugueses de país de Algarves.
- C) de melhorar a defesa do Brasil contra as constantes invasões de franceses e ingleses, que saqueavam as nossas cidades litorâneas.
- D) de obter o reconhecimento da dinastia de Bragança por parte do Congresso de Viena, reunido na Europa e dirigido pelos países que derrotaram Napoleão.
- E) de satisfazer a cobiça das elites brasileiras, que, com essa medida, tiveram acesso às minas de prata de Potosí, na Bolívia.

6. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

No ano de 1817, na Província de Pernambuco, deu-se uma revolta contra o governo de D. João VI que ficou conhecida como

- A) Revolução Liberal.
- B) Cabanagem.



- C) Confederação do Equador.
- D) Revolta dos Alfaiates.
- E) Revolução Pernambucana.

7. (EsSA - Exército Brasileiro / 2011)

A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, está ligada ao(à):

- A) desejo de D. João de agradar os ingleses.
- B) projeto de implantação do regime monárquico no país.
- C) assinatura do Tratado de Fontenbleau com a Espanha.
- D) ação das sociedades maçônicas estabelecidas no Rio de Janeiro.
- E) necessidade de legitimar a representação de Portugal no Congresso de Viena.

8. (Colégio Naval - Marinha / 2018)

Observe o trecho abaixo e responda a questão a seguir.

“Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”.

Laurentino Gomes

O Trecho, de Laurentino Gomes, autor de 1808, refere-se a um momento que foi decisivo para a ruptura do Pacto Colonial sobre o Brasil. Entre os diversos acordos e medidas relacionadas a esse momento podemos citar EXCETO:

- A) a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra que, a partir de novas tarifas alfandegárias, garantiam privilégios econômicos aos ingleses no Brasil.
- B) o estabelecimento do ato 1º de abril de 1808, onde foi ratificado o Alvará de 1792 que estabelecia a abertura dos portos às Nações Amigas, assim que a realeza chegasse ao Brasil.
- C) a assinatura, em 1810, de tratados com a Inglaterra, onde entre outros itens, dispunha sobre a liberdade de culto.
- D) a criação da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.
- E) a assinatura, por D. João, da lei de dezembro de 1815 elevando o Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.



9. (EsPCEEx - Cadete do Exército / 2009)

“A primeira medida tomada pelo regente D. João, ao chegar ao Brasil, foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.” (SILVA, 1992).

Tal fato:

- A) significava, na prática, o fim do pacto colonial.
- B) prejudicava a Inglaterra, que passaria a sofrer concorrência de outros países no comércio com o Brasil.
- C) contrariava, num primeiro momento, os interesses dos comerciantes brasileiros.
- D) beneficiava a França, favorecida pela redução das tarifas alfandegárias nas relações bilaterais.
- E) criava condições igualitárias, quanto à tributação alfandegária, no comércio com Portugal e com todas as demais nações.

10. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2012)

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 teve efeitos imediatos importantes no cenário do Império como um todo e no contexto particular da colônia. Assinale a única opção que contém dois desses efeitos.

- A) O fim do exclusivo comercial – A extinção do tráfico de escravos.
- B) A independência da colônia ante a metrópole – As atividades da imprensa periódica.
- C) A mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro – A extinção da escravidão.
- D) A extinção do tráfico de escravos – A independência da colônia ante a metrópole.
- E) A abertura do comércio para navios de bandeira não-portuguesa – A circulação dos primeiros periódicos no território da América portuguesa.

11. (Modelo Militares)

É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização.



Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da

- A) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- B) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- C) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- D) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- E) Afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

12. (Modelo Militares)

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- A) incentivado o clamor popular por liberdade.
- B) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- C) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- D) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- E) provocado os movimentos separatistas das províncias.

13. (Modelo Militares)

No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL. K. Condicionismos da Independência do Brasil. *In*: SILVA, M.N. (coord.)



O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

- A) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- B) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- C) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- D) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- E) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

14. (Modelo Militares)

Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida "civilizado", marca que distinguia as classes cultas e "naturalmente" dominantes do povaréu primitivo e miserável. (...) E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. Evolução da economia e vinculação internacional. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- A) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- B) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.



- C) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- D) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- E) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

15. (PUC - Modelo Militares)

“Em 1822, a América espanhola, de independência conquistada em oposição a uma metrópole e suas Cortes em muitos aspectos tidas por opressoras, agora plenamente reconhecida por uma potência de primeira grandeza como eram os Estados Unidos, ofereceria um modelo para a independência do Brasil.”

João Paulo Pimenta. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 448.

O caráter exemplar que a independência da América espanhola representou, segundo o texto, para aqueles que lutavam pela independência do Brasil pode ser identificado, por exemplo, na

- A) capacidade de manter a coesão territorial da antiga colônia, que acabou por gerar uma única e poderosa nação.
- B) subserviência imediata aos interesses comerciais e políticos norte-americanos, que rapidamente se impuseram sobre toda a América.
- C) disposição de defender princípios emancipacionistas e enfrentar militar e politicamente as forças da metrópole.
- D) possibilidade de estabelecer laços comerciais imediatos e lucrativos com as antigas colônias portuguesas do litoral africano.

16. (UECE - Modelo Militares)

“No dia 17 de janeiro de 1808, a Real Casa de Bragança chega ao Rio de Janeiro, após 45 dias navegando pelos mares do Atlântico Sul, com rápida estada em Salvador.”

AZEVEDO, Francisca L. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003, p. 69.

O principal resultado da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi

- A) a abertura dos portos e o conseqüente rompimento do pacto colonial.
- B) a autonomia política e econômica do Brasil em relação a Portugal.
- C) o colapso do sistema econômico brasileiro baseado na mão de obra escrava.



D) o fim do sistema colonial e a instauração do regime republicano no Brasil.

17. (PUC RJ - Modelo Militares)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Imprensa Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.

IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.





GABARITO

- | | | |
|------------------|-------------------|-------------------|
| 1. Alternativa B | 7. Alternativa E | 13. Alternativa D |
| 2. Alternativa A | 8. Alternativa B | 14. Alternativa C |
| 3. Alternativa C | 9. Alternativa A | 15. Alternativa C |
| 4. Alternativa B | 10. Alternativa E | 16. Alternativa A |
| 5. Alternativa D | 11. Alternativa E | 17. Alternativa E |
| 6. Alternativa E | 12. Alternativa B | |



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem querido(a) aluno. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.

